

**GALIZA**

José Agrelo Ermo  
 Isaac Alonso Estravis  
 Maria Luisa Andrade  
 Maria das Dores Arribe Dopico  
 Lino Brage  
 Carlos Campoi  
 Denis Conles  
 Pedro Fernández Belho  
 Manuel Forcadela  
 António Gil Hernández  
 Luis González Blasco  
 Marcial Gondar Portasany  
 Ernesto Guerra da Cal  
 Maria do Carmo Henriquez Salido  
 Aracéli Herrero  
 Cláudio López Garrido  
 Aurora Marco  
 Higinio Martínez Estévez  
 Miguel Mato  
 Ramom Nogueira Calvo  
 Pilar Palharês Garcia  
 Maria Sabela Pereira Barros  
 José Posada  
 Domingos Prieto  
 Henrique Rabunhal  
 Ramom Reimunde Noreinha  
 Felisindo Rodríguez  
 Antom Santamarinha  
 Xavier Seoane  
 Joám Trilho Pérez  
 Amália Vilhar Calvo  
 Xavier Vilhar Trilho

1. AGÁLIA reserva-se o direito a publicar originais nom solicitados.

2. A revista nom se responsabiliza da devoluçom de originais.

3. Os trabalhos publicados pasam a ser propriedade da revista.

4. Todos os trabalhos publicados em AGÁLIA aparecerám com a normativa de carácter reintegracionista que defende AGAL (no seu *Prontuário Ortográfico Galego*), ou em qualquer outra normativa do nosso sistema lingüístico. O envio de originais por parte dos autores supom a aceitaçom desta norma.

5. Os textos assinados som da responsabilidade dos autores, nom se indentificando, necessariamente, a Revista com os respectivos pontos de vista.

**BRASIL**

Leodegário A. de Azevedo Filho  
 Gladstone Chaves de Melo  
 Silvio Elia  
 Reynaldo Valinho

**MOÇAMBIQUE**

Fátima Mendonça

**PORTUGAL**

Maria Luisa Baptista  
 José A. Fernandes Camelo  
 Mário Gomes dos Santos  
 Óscar Lopes  
 Albano Martins  
 José Nogueira Gil  
 José Luis Pires Laranjeira  
 Manuel Rodrigues Lapa

PORTADA:  
 Júlio Gaiosó

Imprime:  A Corunha  
 Dep. Legal: C-250 · 1985

**AGÁLIA**

Revista da Associação Galega da Língua

DIRECÇOM:

Presidência da AGAL

DIRECTOR:

Joám J. Costa Casas

CONSELHO DE REDACÇOM:

Ricardo Carvalho Calero  
 Miguel Anjo Fernám-Velho  
 José António L. Taboada  
 Jenaro Marinho del Valle  
 José Maria Monterroso Devesa  
 Joám Carlos Rábade Castinheira  
 José Luis Rodríguez  
 Francisco Salinas Portugal  
 Elvira Souto

**SUMÁRIO**

	<u>PÁG.</u>
<b>ESTUDOS</b>	
<i>Fala, bilingüismo, poder social</i> , por Celso Álvarez Caccamo .....	127
<i>Incêndios forestais e política forestal</i> , por Carlos Vales .....	151
<b>NOTAS</b>	
<i>Pedro Madruga no teatro galego</i> , por Carlos Vales .....	173
<i>Carvalho Calero: a voz que nom cessa</i> , por Francisco Salinas Portugal ..	206
<b>ANTOLOGIA</b>	
<i>O oco da palabra (selecçom)</i> , por Luisa Villalta, .....	219
<b>DOCUMENTAÇOM E INFORMAÇOM</b>	
<i>Informe sobre a sentença do Tribunal Constitucional</i> , por X. Vilhar Trilho e A. Gil Hernández .....	229
<i>Encerro de escritores na Academia</i> .....	240
<b>RECENSONS</b>	
<i>Recensons de livros por Reynaldo Valinho e M.ª do Carmo Henriquez</i> ..	243
<b>CORREIO</b> .....	247

## Fala, bilingüismo, poder social

Celso <sup>1</sup>ÁLVAREZ CÁCCAMO  
(Universidade de Califórnia, Berkeley)  
Dezembro 1986

### *Os processos de mantimento e substituição lingüística.*

As situações de chamado «bilingüismo social» oferecem um marco excelente para o estudo das interrelações entre língua e sociedade. O contacto social de línguas plantea questons sócio-lingüísticas gerais que vam desde (a) as relações entre a conduta lingüística dumha comunidade e os procesos sócio-económicos, sócio-políticos e culturais; ou (b) as relações entre a conduta lingüística e a identidade social (étnica, grupal ou nacional); passando por (c) o problema das normas sócio-lingüísticas de escolha de língua segundo o *acontecimento comunicativo* e a *actividade comunicativa* desenvolvida (formal, informal, etc.) nos diferentes *domínios* sociais da conduta lingüística, tanto na vida pública e institucional como na vida privada; até chegar, finalmente, a (d) os significados sociais e interaccionais específicos da escolha de línguas na conversa.

Entre os aspectos que mais amplamente se venhem estudando na sócio-lingüística do bilingüismo contam-se os processos históricos gerais do contacto de línguas: o *mantimento* dumha língua socialmente dominada frente à pressom dumha língua dominante, e a tendência inversa da *substituição lingüística* (tamém chamada *deslocamento* ou *câmbio de línguas*), na forma de *assimilação* dum grupo lingüístico a outro. Este interesse, sem dúvida, radica fundamentalmente na enorme amplitude do tema, pois dizer «mantimento» ou «assimilação» lingüística é (ou deveria ser) fazer referência, com umha só palavra, a umha multitude de fenómenos sócio-lingüísticos a vários (e sucessivos) níveis de generalidade: distribuição e redistribuição de grupos falantes, patrons de organização da conduta lingüística e possíveis mudanças individuais, grupais ou inter-geracionais desta conduta, funções comunicativas das línguas, actitudes lingüísticas dos falantes e valores sociais atribuidos às línguas em contacto, etc.

A opiniom geral dentro da sócio-lingüística do bilingüismo é que cumpriria abordar a questom desde umha perspectiva globalizadora e inter-

disciplinária. Porém, na realidade nem sempre os citados aspectos tenham sido integrados numa descrição multidimensional do bilingüismo. O meu objectivo no presente trabalho é, precisamente, sugerir um enfoque multidimensional para o estudo do contacto social de línguas na Galiza. Para começar, umha revisom de algumas noções básicas e paradigmas teóricos para o estudo do multilingüismo pode situar-nos em melhores condições para entender a história sócio-lingüística da Galiza e o actual processo de normalização social do galego, cara a tentar resolver duas das questões básicas que plantea a nossa situação sócio-lingüística: (1) por que o galego «resistiu» a assimilação ao espanhol durante séculos, e (2) cara onde caminha agora a língua no plano social.

### 1. O estudo do multilingüismo.

*A sócio-lingüística quantitativa.* Provavelmente numha primeira olhada aqueles modelos de análise do multilingüismo mais atractivos —mas nem necessariamente os mais ajeitados— som os que se centram na quantificação das variáveis lingüísticas e sociais: as percentagens de grupos de falantes e os seus deslocamentos inter-geracionais, e as funções sociais das línguas em contacto. É o tipo de trabalho representado, por exemplo, por J. Fishman nos EE.UU., ou por Gillermo Rojo (1981) ou Mauro Fernández (1978, 1983) na Galiza.

Os dados para este tipo de descrição provem, na sua maioria, de dois tipos de fontes estatísticas: (a) de *censos* oficiais —naqueles países onde estes som periódicos, mais ou menos rigorosos e sistemáticos—, que incluem informação lingüística e, às vezes, étnica da população; (b) de *questionários* ou inquisas especialmente desenhados para obter dados sobre as actitudes lingüísticas e a conduta bilingüe nos diversos *domínios* ou contextos de uso<sup>1</sup>. Polo geral, a metodologia empregada tende ao estabelecimen-

to de *correlações* entre o comportamento lingüístico dos membros da comunidade e certas categorias sociológicas, como o *status* sócio-económico (SSE) e a extracção geográfica do falante, a sua idade, sexo e nível cultural, adscrição ideológica, práticas religiosas, etc.

Porém, o problema deste tipo de sociologia da language é que na realidade poucas vezes *explica* o que acontece a nível das mudanças da conduta lingüística dumha comunidade inteira, e isto por duas razões fundamentais: (1) Por umha parte, o tratamento estatístico nom descobre mais do que certas correlações percentuais entre as variáveis sociológicas e a variação lingüística, correlações que deveriam ser (mas nom som) interpretadas à luz do contexto sócio-político e ideológico do país. (2) Por outra, frequentemente nem as próprias categorias sociológicas empregadas som as mais operativas, porque nom se centram naquelas unidades comunicativo-sociais onde se geram os processos da substituição lingüística através do uso quotidiano da língua. Por pôr um exemplo próximo, no seu estudo da situação actual do bable ou asturiano, Llera Ramo (1980) correlaciona o uso e as atitudes lingüísticas com as tendências políticas do falante expressadas na sua afinidade com partidos políticos específicos. Ainda que é inegável que a questom lingüística no Estado Espanhol na actualidade se relaciona como o rexurdimento da consciência política dos povos do estado, o tentar revelar umha gradação na estruturação da conduta lingüística em relação à tendência de voto do falante a *partidos políticos concretos* nom só é aventurar demais, senom que é mesmo deformar a realidade social da fala: os processos de *geração, uso, acesso e mantimento* dos códigos lingüísticos na vida social<sup>2</sup>.

*A etnografia da fala e da comunicação.* O problema é, em poucas palavras, que estas análises quantitativas estão esquecendo os processos comunicativos de micro-nível que subjazem aos processos macro-sociais de mantimento e substituição lingüística. Esta notável limitação, inerente ao próprio enfoque de análise, tem sido repetidamente apontada desde umha perspectiva sócio-lingüística que se centra no estudo da funcionalidade da fala, como parte dum sistema cultural mais amplo, nas actividades sociais. A etnografia da fala e da comunicação —que nos EE.UU. se tem desenvolvido, a partir de postulados antropológicos, desde finais dos anos 60— tenta estudar como se organiza o uso das formas lingüísticas —num sentido amplo— nas diversas estruturas sociais e instâncias de interacção social, com relação aos valores culturais dumha sociedade. O labor do sócio-lingüista há ser já o explicar o uso da fala nas actividades sociais *relevantes* dentro dum sistema cultural dado (Hymes 1967), e fala-se, assi, das sociedades como *sistemas de interacção e comunicação*, ('systems of interaction'); Hughes 1970: 105).

Três das noções básicas que informam este paradigma teórico som as de *código lingüístico*, entendido como parte do *repertório verbal* dumha comunidade de fala (Gumperz 1968). Passemos a explicar estes conceitos.

(1) Por vezes estes estudos formam parte de projectos sociológicos mais amplos, como a descrição das atitudes comunitárias ante processos sócio-culturais; nestes casos, a language ou as línguas podem chegar a constituir umha variável mais dentro dumha série de factores definidores da identidade social, junto à extracção social ou adscrição ideológica do falante, os seus valores culturais, etc.

(2) Outro caso semelhante é o trabalho de Fishman (1985). Fishman realiza umha análise polo miúdo dos dados dos censos de população dos EE.UU. desde 1960 a 1979 para estabelecer tendências gerais na conservação das línguas minoritárias como línguas maternas. El estabelece o que chama o *índice potencial de supervivência* ('survival potential') das línguas minoritárias em base a umha série de variáveis demográficas (número de falantes e o seu crescimento relativo desde 1960), institucionais (presença das línguas na vida pública e nos meios de comunicação de massas), e mesmo raciais! (presença ou ausência de traços raciais marcados no grupo minoritário, como pigmentação obscura da pel, etc.). As condições assi estabelecidas quanto às possibilidades de mantimento das línguas minoritárias podem semelhar mais ou menos plausíveis. Nom obstante, a um quedam-lhe fondas dúvidas de se tal tratamento matemático, com o manejo, o estabelecimento e a quantificação polo miúdo do peso relativo de variáveis tam díspares, é o mais apropriado para a interpretação das mudanças lingüísticas e sócio-culturais, ou se, polo contrário, nom nos estaremos mais bem afastando da ciência para chegar-nos à *sócio-lingüística ficção*.

*Código, repertório, comunidade de fala.* Em primeiro lugar, os códigos som caracterizáveis, por suposto, desde umha perspectiva puramente estrutural. Um código é, assi, «um conjunto de traços lingüísticos concorrentes» ('a set of co-occurrent linguistic features', Ervin-Tripp 1973), e pode ser identificado nom só quanto a traços gramaticais ou léxicos, senom tamém fonéticos ou prosódicos (entoaçom, acentos de frase, ritmo, intensidade, rapidez da fala, etc.). Desta maneira, tanto as «línguas» como os «dialectos», «registos» ou «estilos» seriam formas de códigos comunicativos. Mas, à marge da sua forma estrutural, o que é mais relevante para este enfoque é que os códigos som *sistemas simbólicos*, quer dizer, marcos de referência para a produçom e interpretaçom de mensagens, e que som reconhecidos como tais marcos discretos de referência polos participantes da comunicaçom. Som, neste senso, componentes do acto de comunicaçom, numha estrutura que incluiria os *participantes*, o *contexto comunicativo*, o *tema*, o *tom* da interacçom, o *género*, etc. (ver. p. ex. Hymes 1967).

Os códigos (sejam estes línguas, dialectos, etc.) constituem o *repertório oral ou lingüístico* —isto é, o conjunto de formas e estruturas orais disponíveis para as diversas instâncias de comunicaçom— dumha *comunidade de fala*, entendida esta como

um grupo humano caracterizado por manter interacçom freqüente e regular por meio dum conjunto de signos verbais compartilhado, e separado de outros grupos humanos semelhantes por *diferenças significativas no uso da language* (Gumperz 1968: 219; a cursiva é minha)<sup>3</sup>,

ou, desde umha perspectiva mais ampla, como

umha comunidade que comparte regras para realizar e interpretar actos de fala, assi como regras para a interpretaçom de, como mínimo, um código lingüístico (Hymes 1967: 18)<sup>4</sup>.

Existem, pois, comunidades de fala monolíngües (que disponhem dum repertório de registos pertencentes a umha mesma língua) e comunidades de fala multilíngües (cujos repertórios incluem variedades de línguas diferenciadas). Com outras palavras, a existência de mais de umha língua numha comunidade *nom necessariamente* pressupom a existência de mais de umha comunidade de fala.

Desta perspectiva, a especializaçom funcional das variedades para as diversas actividades comunicativas nas situaçoms multilíngües é, portanto, só umha manifestaçom dum fenómeno universal «que tamém cumpre analisar em situaçoms predominantemente monolíngües» ('that must be examined in situations dominantly monolingual as well'; Hymes 1967: 10).

(3) «Any human aggregate characterized by regular and frequent interaction by means of a shared body of verbal signs and set off from similar aggregates by significant differences in language usage». As traduçons das citas, tanto desta como das posteriores, som minhas.

(4) «A community sharing both rules for the conduct and interpretation of acts of speech, and rules for the interpretation of at least one common linguistic code.

*Fala e estruturas sociais.* Umha das contribuiçoms mais valiosas (e polémicas) para um tratamento sócio-etnográfico da fala é a do britânico Basil Bernstein. Em «A sociolinguistic approach to socialization» (1972) Bernstein expom um interessante modelo no que relaciona o desenvolvimento e uso de dous tipos básicos de códigos lingüísticos —*restringidos e elaborados*— com os processos de socializaçom do neno através dos *agentes de socializaçom* (a família, o grupo de afinidade, a escola e, posteriormente, o trabalho), e com a *extracçom de classe* e a *estrutura familiar* onde se insere o falante. O que informa este modelo teórico é que os códigos lingüísticos cobram a sua funcionalidade e geram os valores sociais que geram, nom já nos abstractos «domínios de conduta lingüística», nem na superestrutura jurídica que sustenta o *status* legal das línguas em contacto, senom nas actividades comunicativas quotidianas entre membros de estruturas sociais definidas, organizados em retículas de interacçom.

A maior contribuiçom de Bernstein é, sem dúvida, a de conectar categorias sociológicas de diversos níveis de análise para apresentar umha visom dinâmica da fala como parte componente do sistema cultural dumha comunidade<sup>5</sup>. Mas quiçá a implicaçom mais significativa da sua sofisticada proposta (necessariamente simplificada no presente trabalho) é que sublinha a importância dos códigos lingüísticos como instrumentos que, de algumha maneira, *criam ou mantem formas de control social*, e cuja aquisiçom e manejo som um importante factor na melhora das condiçoms sociais do falante, desde a sua integraçom no mundo escolar e o seu progresso no mesmo até o avanço sócio-económico no mundo do trabalho.

*Língua e mobilidade social.* Argumentos semelhantes som os que subjazem às teses de M. W. Sugathapala de Silva (1976) no seu estudo sobre diglössia e alfabetizaçom na multilíngüe Índia, onde junto ao inglês e às línguas literárias estandarizadas (hindu-úrdu, tamil, etc.) coexistem, em todo o território, mais de duascentas línguas, falas ou dialectos locais fundamentalmente orais, configurando-se assi um sistema diglössico de grande complexidade. Às vezes o contacto produze-se entre umha língua estandarizada e a sua correspondente variedade oral; outras, o conflito é entre variedades em absoluto relacionadas estruturalmente. Mas, em todo caso, o comum às situaçoms de contacto diglössico revisadas por Sugathapala de Silva (o contacto entre hindu-úrdu, tamáli e simhalês) é umha revelaçom

(5) «O ponto central é que Bernstein fornece um marco teórico para investigar problemas tam fundamentais como som o das estruturas sociais que podem gerar formas específicas de actuaçom verbal, as estruturas que a partir de aí mantem a produtividade destas formas ou contribuem a que caiam em desuso, e as estruturas de relaçoms sociais que promovem ou inibem a sua produçom na fala» (Bauman 1977: 23).

(«The point is that Bernstein supplies a framework within which to investigate such fundamental problems as the social structures that may engender specific verbal art forms, those which subsequently sustain their currency or contribute to their demise, and the structures of social relations that foster or inhibit their performance»).

mui importante para compreender a função social da fala: *que hai umha clara relação entre as possibilidades de acesso aos códigos por parte da comunidade, o seu conhecimento, domínio e uso, e as formas de estratificação social*. Com outras palavras, na Índia (como provavelmente em muitas outras sociedades multiétnicas), a aguda especialização funcional de variedades joga um papel mui importante na marginação secular de amplos sectores sociais, isto é, na preservação dumha estrutura social claramente jerarquizada: numha posição superordinada, as elites cultas, alfabetizadas e competentes na variedade estandard, tanto por escrito como na sua forma oral; e, numha posição subordinada, as amplas massas iletradas, falantes de umha ou mais variedades orais. As grandes diferenças estruturais entre as variedades vernáculos (em mudança constante) e as variedades escritas cultas (detidas polo geral nos séculos gloriosos das antigas civilizações) som, ademais, obstáculos consideráveis para umha alfabetização eficiente. E sem acesso às variedades de prestígio, e a todas as vantagens sociais que o seu uso e conhecimento conlevam na sociedade moderna, a mobilidade social apresenta-se como umha possibilidade mais que problemática.

Por suposto, hai ainda mais: por umha parte, nom sempre as massas nom alfabetizadas desejam aceder ao uso dumha variedade culta sem utilidade prática na sua vida quotidiana; por outra, ainda que o objectivo teórico dos sistemas educativos modernos seria o espalhamento massivo da alfabetização, nom sempre as elites ilustradas estão dispostas a renunciar a parte dos seus privilégios sociais, parcialmente baseados, precisamente, na amplitude do seu repertório lingüístico:

Mesmo as metas de esquemas educativos como a «alfabetização funcional» nom sempre som bem recebidas em todas as comunidades. Dalgumha maneira, os alfabetizados nom temem um desejo especial de que toda a comunidade se alfabetize tamém (Sugathapala de Silva 1976: 4)<sup>6</sup>.

Como vemos, o que se está salientando é o papel da fala, da language, na mobilidade social. O chamado «bilingüismo estável» está fundamentado, em numerosas ocasiões, na estratificação social, e a sua função é a de bloquear a mobilidade entre estratos sociais. Isto tem sido observado frequentemente ao falar dos processos de assimilação ou perda das línguas minoritárias. Coincide-se polo geral em sublinhar a importância da urbanização e industrialização dum país na assimilação das minorias de origem rural à língua da sociedade urbana. O desejo de avanço social é sem dúvida um dos incentivos para a aquisição da língua dominante no âmbito urbano, até o ponto de que a miúdo a força da tradição cultural (neste caso, a transmissão da língua minoritária de pais e filhos) vê-se diminuída ante

(6) «Even the aspirations of such schemes as functional literacy are not always well received in all communities. In a way, all literates do not particularly want the entire communities to become literate».

umha pressão social crescente por progressar sócio-económica e culturalmente (Fishman 1985: 171)<sup>7</sup>.

*O conflito lingüístico*. Desta perspectiva, pode-se ver mais claramente como se gera socialmente aquela situação de tensão social que damos em chamar *conflito lingüístico* em sociedades em transição. Cando a industrialização e urbanização dumha sociedade tipicamente rural requer movimentos massivos de população aos centros urbanos —ou imigração desde países menos desenvolvidos economicamente—, o acesso à língua dominante torna-se um requisito imprescindível, e a *assimilação* ou o conflito lingüístico apresentam-se como os únicos resultados possíveis do processo. O conflito lingüístico pode-se conceber, assi, como a tensão dialéctica entre umha força assimilatória e umha força de resistência a esta assimilação por parte das minorias. A tese de Inglehart e Woodward (1967) é que o conflito surge, precisamente, dos próprios padrões de mobilidade social, ou, mais especificamente, de *mudanças* destes padrões de mobilidade social (:375)<sup>8</sup>.

Os casos de minorias lingüísticas assimiladas desta maneira à língua dominante som, enfim, numerosos<sup>9</sup>. Mesmo às vezes um povo nom tem muitas possibilidades de eleição: falar a língua maioritária é umha maneira de sobreviver numha sociedade hostil, tecnificada, burocratizada, umha sociedade que requer o domínio da palavra formal. E, ainda que poda soar como umha *redução ao absurdo*, para alguns, ainda, a assimilação lingüística poderia ser umha forma de verdadeira *resistência*, no senso de que constituiria umha estratégia vital de supervivência. Penelope Eckert (1980), no seu trabalho sobre a diglósia na rural e marinheira Ocitânia francesa, sugere, por exemplo, que a assimilação progressiva do gascom ao francês —que se produziu através dum processo mui semelhante ao nosso— talvez tivesse um componente de resistência cultural e económica: resistência dos ocitanos a morrer como comunidade que possui, acarom da língua, outras senhas de identidade cultural e grupal, resistência a morrer economicamente.

(7) «A mobilidade económica e cultural dentro da sociedade contrarresta a continuidade étnica e lingüística entre gerações» («Economic and educational mobility within the mainstream counteract intergenerational linguistic and ethnic continuity»).

(8) «O bloqueio da mobilidade social tem sido a principal força causante dos conflitos entre grupos lingüísticos, sobretudo em países em transição» («Blockage of social mobility has been the chief motivating force behind language group conflicts, especially in transitional countries»).

(9) Susan Gal (1984), por exemplo, descreve assi a progressiva perda do húngaro numha aldeia da Austria rural ante o empuxe do alemão, num processo de deslocamento lingüístico que tem, ademais, sérias repercussões nas estruturas sociais tradicionais da vila. Gal aponta que som as mulheres da vila quem estão à cabeça da assimilação ao alemão: por mor da promoção social, as mulheres preferem casar com foráneos falantes de alemão que com os próprios labregos locais húngaro-falantes, de maneira que até a estrutura familiar se vê afectada pola penetração lingüística. Ver tamém Lewis (1978) e Eckert (1980).

Convém termos o marco teórico exposto mui presente quando passemos a falar, nas próximas páginas, da resistência histórica dos falantes de galego à assimilação completa ao espanhol, e do futuro da urbanização actual da língua.

## 2. O mantimento e o deslocamento do galego.

Penso que agora estamos em melhores condições de tentar responder às duas questões principais que a sócio-lingüística galega deve abordar sobre a história social e o presente do galego.

A primeira pergunta fundamental é, obviamente, a seguinte: (1) Por que, se o galego tem sido sempre, desde começos do século XV, a língua de mais baixo prestígio social, não se produziu já a sua assimilação completa ao espanhol nos séculos de dominação lingüística e cultural de Galiza, e, sobretudo, nos últimos 40-60 anos de penetração massiva do espanhol na vida rural e familiar? *A questão, pois, não há de ser tanto como e por que a população galego-dominante se assimilou parcialmente ao espanhol, senão por que e como se manteve o uso do galego.* Como pôde manter-se o galego, a língua socialmente dominada, como veículo de comunicação quotidiana e de socialização (na família, nos grupos de amigos, etc.) entre uma altíssima percentagem da população? Ou, posto dumha maneira mais geral: por que e como subsistem as variedades lingüísticas de chamado baixo prestígio social em circunstâncias adversas, mesmo durante séculos e séculos?

A segunda pergunta, talvez mais complicada de resolver, refere-se às mudanças sócio-lingüísticas que estão a acontecer agora mesmo na Galiza: (2) *Que sentido real, que significação social, que relações com os processos sócio-económicos, políticos e ideológicos do país, que implicações para o futuro social e político da Galiza tem o actual processo de recuperação do galego, da sua urbanização e institucionalização?*

### 2.1. Mantimento do galego e mobilidade social.

Para falar da primeira questão cumpre retomar o fio do exposto nas páginas anteriores sobre a função da especialização funcional das variedades lingüísticas nas situações de diglossia para o bloqueio da mobilidade social, e revisar algo do que se tem dito sobre a questão na nossa incipiente sócio-lingüística.

Umha primeira tendência da sócio-lingüística galega tem tratado o problema desde o plano macro-social, descrevendo o contacto de línguas e as suas relações de subordinação-superordinação na sociedade no seu conjunto, ou, em todo caso, descrevendo a distribuição de funções sociais das línguas chamadas «A» (espanhol) e «B» (galego) em domínios de uso 'formais' ou 'superordinados' (a administração, os meios de comunicação, etc.) e 'informais' ou 'subordinados' (a conversa coloquial na família, na

rua, etc.). Resultado destes trabalhos (Rojo 1981; Fernández 1978, 1983), de índole quantitativa e correlacional, som algumas conclusões gerais sobre a situação sócio-lingüística do país, que se referem a: (1) a chamada *diglòssia* ou desigualdade, dominação ou desequilíbrio entre galego e espanhol quanto aos seus usos sociais e quanto ao diferente grau de *prestígio* social que desfrutam; (2) a *assimilação* ao espanhol de sectores crecentes de galego-falantes, que se manifesta, aparentemente, na míngua progressiva do uso do galego nos seus ámbitos próprios tradicionais; e a tendência inversa da recuperação ou assimilação ao galego de sectores das classes médias urbanas espanhol-falantes.

Um enfoque sócio-político e interpretativo da questão é o representado, por exemplo, por Francisco Rodríguez (1976), Varela Puñal (1980) ou Pilar García Negro (1980). Dentro da tradição economicista marxista clássica, o discurso nacionalista da linguagem costuma manejar o argumento de que existem estreitas relações biunívocas entre as formas de uniformização e control político e a política lingüística dos estados centralistas:

[O] imperialismo político-económico conleva asemade o imperialismo lingüístico. A asimilación dos pobos asoballados ós costumes e língoa dos asoballadores é unha consecuencia que se deriva do dominio que sobre daqueles queda establecido. (...) Cando se establece unha uniformidade do poder político sobre pobos diversos, xurde como «necesidade» e como ideoloxía dominante o uniformismo lingüístico». (Rodríguez 1976: 7s).

Porém, o que eu vou tentar argumentar nas próximas páginas está em contradição com esta interpretação do problema. Em realidade, semelha que o que se tem procurado na Galiza não foi precisamente o «uniformismo lingüístico», senão o contrário: a estabilidade de grupos etno-lingüísticos diversos.

Como temos visto, umha constante das situações de diglòssia é que o mantimento da especialização funcional de variedades é um instrumento mui útil para manter certas capas da população numha posição subordinada durante séculos. Longe de desejar-se umha assimilação lingüística completa, através do aparato educativo escolariza-se na língua dominante ao grupo etnolingüístico minorizado (no nosso caso, o galego-dominante<sup>10</sup>) num grau *suficiente e necessário* como para não obstaculizar o desenvolvimento normal da vida social. Assim, o domínio da língua superordinada está vetado para grandes capas da população que vêm, portanto, negado o seu acesso à alta cultura, à ciência, à Lei, à informação e ao seu control público, aos postos de responsabilidade, ao mundo político, etc.: em definitiva, às órbitas do poder. *nom se trata de exterminar umha língua: trata-se de*

(10) Dado que umha alta percentagem dos falantes de galego são também parcialmente competentes em espanhol (e utilizam esta língua com maior ou menor frequência), prefiro utilizar o termo «galego-dominante» (é dizer, bilingüe cuja língua principal é o galego) em vez de «galego-falante», que poderia ser interpretado como «monolingüe».

*asfixiá-la, de mantê-la reduzida ao uso local, coloquial e familiar, precisamente para acentuar as barreiras sociais entre as capas subordinadas (as galego-dominantes) e superordinadas (as espanhol-falantes)*. Estabelecem-se, assi, valores sociais associados às línguas em conflito que, à sua vez, mantêm a sua especialização ou jerarquização funcional mentres as condições sócio-económicas e políticas da comunidade nom experimentam mudanças importantes.

Com outras palavras (e mais claras), umha hipótese a ter mui em conta para explicar a resistência histórica do galego é, singelamente, que *nunca tem sido o objectivo —implícito ou explícito— dos sectores espanhol-falantes detentadores do poder da Galiza o assimilar totalmente à população galego-dominante*. Polo contrário, o resultado histórico da política lingüística centralista na Galiza foi o estabelecimento dumha jerarquia de grupos etno-lingüísticos: (1) umha minoria espanhol-falante, em control dos recursos económicos e do aparato político e administrativo da sociedade galega; (2) umha minoria monolíngüe em galego, ou com certo conhecimento passivo do espanhol, absolutamente isolada no campo; (3) umha maioria galego-dominante bilingüe, com diversos graus de competência em espanhol, imigrantes à cidade ou moradores de núcleos semiurbanos, vilas e aldeias periféricas; e (4) destacada do sub-grupo anterior, umha minoria bilingüe de orixe galega mas progressivamente assimilada ao espanhol, que encontra nesta última língua a melhor fonte de avanço social, e que vai constituir a pequena burguesia urbana, as classes meias intelectuais deslingüístizadas, etc.

## 2.2. A micro-análise do uso do galego.

Ainda assi, por mui úteis que sejam as generalizações anteriores para um melhor entendimento da nossa realidade sócio-lingüística, limitar-se a falar de classes sociais, de elites detentadoras do poder e de «dominação lingüística» supom ainda um reducionismo considerável, ao que já estamos demasiado habituados. Para ver como operou o mantimento do galego ao longo dos séculos, ademais de considerar as relações entre a prática lingüística e a mobilidade social —quer dizer, os movimentos verticais e horizontais das capas de população—, cumpre descer, em realidade, a aquelas unidades sociais onde de feito se geram as funções comunicativas e os valores dos códigos lingüísticos. Em primeiro lugar, cumpre, sem dúvida, considerar o papel da language no vinculamento grupal. Mas cumpre também fazer umha micro-análise do *uso real* da language (das línguas) na comunicação, as *normas* sócio-lingüísticas de selecção de línguas na interacção, as *implicações* interaccionais desta escolha e alternância de códigos, e os seus *significados* comunicativos e sociais, em aquelas situações de fala onde, de feito, se geram os valores sociais das línguas e que compõem, dia a dia, a nossa vida.

Com outras palavras, cumpre fazer umha *micro-análise da fala e da comunicação*, da que carecemos quase de todo<sup>11</sup>, para revelar os processos comunicativos através dos cais: (a) se geram os *valores sociais* das línguas (prestígio, educação, poder, incultura, etc), valores que subjazem à sua *funcionalidade* social; (b) se canaliza (se manifesta verbalmente) a nossa *identidade* social (grupal, étnica, nacional, de classe...); e (c) se canalizam as nossas *intenções* comunicativas, isto é, os nossos desejos de dirigir a interacção (a conversa) cara a consecução duns *objectivos* comunicativos dados (por exemplo, chegar a um acordo sobre um certo tema, persuadir, convencer, ou, singelamente, manter um contacto interpessoal ‘fático’). Quando consideramos o papel fundamental da palavra na nossa vida privada, mas também na vida pública e política da sociedade burocratizada moderna (na toma de decisões em órgãos de poder estatal, autonómico ou local, no aparato burocrático e administrativo, nos partidos políticos, no sistema educativo, etc.), comprova-se ainda mais claramente a necessidade nom só de complementar as descrições macro-sociais sobre a diglósia e a assimilação lingüística do galego, senom mesmo de *validá-las —ou invalidá-las—* com dados sobre os usos reais que se lhes dam na comunicação às línguas em conflito.

Por isso, mais que umha análise de domínios de uso e conduta lingüística —ainda que, com efeito, existe umha certa correlação entre ambas categorias— o que cumpre fazer é revelar as estruturas típicas das retículas comunicativas da comunidade, a estruturação da fala entre esses grupos de falantes, as mudanças dessas estruturas, e a significação que tenhem essas mudanças sociais nas mudanças de comportamento lingüístico. A questão vê-se mais claramente quando consideramos que as actuais descrições do contacto de línguas na Galiza costumam estabelecer certas correlações bilaterais, biunívocas e nom-ambíguas entre *língua utilizada*, *contexto* ou *domínio*, e *valores sociais*. Desde este «paradigma da diglósia», o galego seria a língua *coloquial*, utilizada em contextos *informais*, etc., mentres que o espanhol seria a língua *formal*, que conlevaria valores de *prestígio*, etc. Mas, sem dúvida, um modelo tam estático como o da diglósia é intrinsecamente inoperativo para explicar, precisamente, as mudanças sócio-lingüísticas observáveis na Galiza na actualidade: a penetração do galego em contextos de uso e domínios que até hai pouco eram quase exclusivos do espan-

(11) Duas exceções som os trabalhos de Pilar Vázquez Cuesta (1976) e Claudio González Pérez (1978), sobre os usos do espanhol e galego na fala. Porém, nengum deles está baseado em dados de fala reais, senom em dados extraídos da literatura culta e da tradição folclórica popular, respectivamente. Assimesmo, curiosamente nengum deles semelha estar dirigido ao tema que em realidade os ocupa —o do uso real da language e a *alternância* do espanhol e o galego na conversa—, senom que dim apontar à explicação de fenómenos sócio-lingüísticos pertencentes a outros planos de análise: as interferências estruturais entre galego e espanhol (Vázquez Cuesta), e a diglósia (González Pérez). Mas os dous trabalhos representam, polo menos, um intento de incorporar o plano da micro-análise da fala à descrição sócio-lingüística.

hol. Cumpre, assi, revisar em profundidade as próprias noções vigentes sobre que constitui o *prestígio social* dumha língua, sobre como se origina este prestígio, como se mantém, e que significado tem para o mantimento mesmo da língua (v. p. ex. Woolard 1983; Ryan 1979)<sup>12</sup>.

Para isto, ao próprio tempo, temos de re-enfocar o problema desde outro marco de análise verdadeiramente centralizado na funcionalidade social da fala e que supere as fáceis equações do tipo «umha nação, um povo, umha língua, umha comunidade lingüística». Parte da nossa tarefa consiste em superar, precisamente, as etiquetas tradicionais de «língua» ou «dialecto» aplicadas à variada realidade da *fala*, e de «nação» aplicada à cambiante configuração da sociedade ocidental urbana moderna. Alonjando-nos da noção de «língua», arredor da qual se tem articulado tanto toda a lingüística moderna como o discurso político nacionalista da language, poderemos chegar-nos a umha interpretação das comunidades de fala onde falantes de diversas variedades lingüísticas podem coexistir e compartilhar formas de expressão verbal (códigos) e normas para a interpretação do significado referencial, social, interaccional e simbólico destes códigos.

Por suposto, a presença de numerosas variedades lingüísticas e a especialização funcional destas segundo o contexto comunicativo dá-se dentro de qualquer comunidade de fala, seja bilíngüe ou monolíngüe. Mas o relevante no caso do contacto de línguas é que, polo geral, as línguas maneja-das na conversa representam, no plano macro-social, traços ou senhas de identidade de grupos diferenciados (polo menos teoricamente) de indivíduos, que mantêm entre si certas relações de subordinação/dominação, e que disfrutam dum certo *status* social. *A questão chave que a sócio-lingüística do multilingüismo deve pois tentar resolver é a de como reflecte o comportamento lingüístico dos bilingües —a fala— as relações de poder entre os grupos sociais (étnicos, nacionais, etc.) em contacto.*

### 2.3. Diglòssia e resistência histórica do galego.

Como já se terá visto, o que estou tentando sugerir é que um tipo de sócio-lingüística que conciba a diglòssia como a dominação social dumha

língua sobre outra sem considerar a utilidade da língua no avanço sócio-económico, sem ter em conta as próprias avaliações dos falantes sobre esta jerarquização funcional das línguas, e sem analisar como e para que (com que fins comunicativos e retóricos, com que efeitos interaccionais) se utilizam as línguas em conflito nas diferentes retículas de comunicação (na família, nos grupos de amigos/as e companheiros/as de trabalho, etc.) jamais chegará a explicar a história sócio-lingüística da Galiza. Umha sócio-lingüística que ignore os processos comunicativos é umha sócio-lingüística mancada, intrinsecamente limitada a produzir generalizações inoperativas. Dizer que a assimilação total ao espanhol nom tivo lugar por efeito da resistência popular ou polo papel fundamental da língua como senha de identidade dos galegos pertence mais a um tipo de discurso político voluntarista que a um tipo de sócio-lingüística realista da interacção social. Entre a noção macro-social de ‘dominação lingüística’ e a micro-comunicativa de ‘escolha de língua na conversa’ hai um grande passo, e cumpre conectar ambos níveis de análise em base ao estudo detalhado da fala, das normas de escolha de línguas e das implicações desta escolha na comunicação entre bilingües.

Nas situações diglòssicas mais ou menos estáveis hai umha estreita relação entre o *status* social baixo do falante e o uso da variedade ‘baixa’ ou minorizada nas retículas sociais fechadas nas que se interrelaciona na sua vida social. Na diglòssia galega, relativamente estável até hai poucos anos, o galego tem-se mantido como o código de relação interpersonal, de vinculação e coesão grupal por excelência das retículas fechadas de interacção na família, na aldeia e no trabalho no campo. De feito, a supervivência do galego nom supunha umha ameaça séria ao espalhamento do espanhol, mentres os galego-dominantes tivessem um nível mínimo de competência em espanhol para se relacionar com as fontes do poder social: as instituições administrativas, políticas, educativas, religiosas, coercitivas, etc. do estado dominante, e os indivíduos a carga delas. De aí vem, em parte, umha atitude aparentemente contraditória de atitudes lingüísticas segundo a qual alguns sectores espanhol-dominantes mantêm umha postura condescendente ante a preservação e mesmo a defesa activa do galego, mentres que amplos sectores da própria comunidade galego-dominante manifestam «auto-xenreira» (Alonso Montero 1973) ante umha língua que nom oferecia, até hai pouco, muitas perspectivas de avanço social<sup>13</sup>. Mas o fundamental é constatar que as unidades comunicativo-sociais (as retículas de interacção) na sociedade rural galega coincidem, ademais, com as estru-

(12) Fala-se, asi, dum *prestígio patente* e dum *prestígio latente* ou *encoberto*, baseado em última instância na funcionalidade comunicativa das variedades lingüísticas. É este último o que lhe confere à língua a sua vitalidade histórica e a sua verdadeira utilidade social. De feito, a noção de prestígio deve ser revisada na Galiza agora mais que nunca, cando o uso do galego começa a estar prestigiado e a conferir prestígio, e nom só entre as elites culturalistas tradicionais, senom já na vida pública e política do país. Como exporei mais adiante, falar galego começa a ser agora umha fonte de *status* social, e, o que é mais importante, umha forma de acadar certo tipo de *poder* e *control* sociais, de exercê-los e de afortecê-los.

Hai, ainda, mais: a existência de diversos tipos de prestígio é *inerente* às situações das línguas, se nom houvesse valores sociais que mantivessem a sua utilidade comunicativa? Desta nova perspectiva, o prestígio da língua seria aqui quase sinónimo da sua validade, da sua operatividade e utilidade para o desenvolvimento das actividades comunicativas e para o mantimento da coesão interna dos grupos humanos.

(13) Lewis (1978) constata um fenómeno semelhante de atitudes lingüísticas encontradas entre a maioria de fala inglesa e os sectores galês-dominantes no País de Gales. O fenómeno, pois, parece ser comum a processos de urbanização dumha língua minorizada, resgatada do esquecimento histórico por sectores da *intelligentsia* e burguesia urbana locais.

turas sociais básicas: as unidades de organização social (a família) e as unidades de produção económica (a exploração unifamiliar do agro).

Porém, quando se produzem mudanças sócio-económicas consideráveis (industrialização e urbanização, com fortes movimentos migratórios à cidade), criam-se novas formas de retículas de interacção (nas quais se geram os valores sociais das línguas), e é assim que começa a assimilação linguística a grande escala.

Com a imigração massiva à cidade e o crescimento e urbanização das vilas, o cidadão vê-se agora exposto a frequentes e intensos contactos com gentes procedentes de outras capas sociais, com outros trabalhos, com outros valores e, também, com outras formas de conduta linguística. Não se trata só da nova língua, o espanhol: trata-se da própria função da linguagem na comunicação, o sinalamento de novos significados (tanto referenciais como simbólicos, sociais e culturais) e, em definitiva, de outras normas de *uso e estruturação da fala*. Mentres o galego se mantém com relativa vitalidade na vida familiar, o espanhol constitui-se no código de relação social por excelência nas retículas de interacção *abertas* do mundo do trabalho, e no domínio público circunstancial, no contacto com desconhecidos (que, por certo, talvez tenham, à sua vez, uma origem linguística galego-dominante).

É neste senso como pode interpretar-se a assimilação parcial ao espanhol: não necessariamente como uma renúncia a uma (indefinida) identidade, senão como uma identificação com novos valores, que são, em muitos casos, interpretados pelos falantes assimilados como valores de «progresso». De novo, o caso asturiano pode exemplificar esta ideia: Ruiz de la Peña (1980) constata que a raiz da forte industrialização (sobretudo mineira) de Astúrias no século passado o espanhol começou a ser percebido (em contraste com a língua própria, o bable) como uma força de progresso, como uma língua que representava e assinalava, por primeira vez, a identidade dumha classe oprimida emergente: o proletariado urbano.

Arredor destas novas necessidades comunicativas surge na Galiza uma nova *comunidade da fala bilíngüe*, entendida, como dizíamos antes, como «uma comunidade que comparte regras para realizar e interpretar actos de fala, assim como regras para a interpretação de, como mínimo, um código linguístico» (Hymes 1967: 18).

É esta comunidade a que constitui na actualidade a parte maioritária (um 80%) da sociedade galega.

### 3. A URBANIZAÇÃO DO GALEGO.

Se as hipóteses expostas anteriormente são certas, e há algum tipo de correspondência entre a especialização funcional de línguas em contacto e os padrões de estratificação social, temos logo de replantar-nos a segunda pergunta, adiantada mais atrás, sobre o presente e futuro do galego:

*Que sentido social tem o actual processo de normalização do galego na vida urbana? A que fenómenos sócio-económicos, políticos e culturais responde, e que possíveis implicações sociais conleva, pelo menos a curto prazo?*

Do que estamos a falar é, obviamente, do espalhamento do *galego estándar* (ou, melhor ainda, dos *estándares* do galego), na vida urbana, da elaboração e promoção dumha variedade *normal* por excelência, que, pelo menos teoricamente, representaria um terreno linguístico comum para os falantes de diversas variedades do galego, é dizer, um sistema aparentemente «neutral» e isento de simbolismos grupais. Em teoria, assim, o estándar dumha língua simbolizaria a toda uma comunidade à procura dumha voz e umha projecção histórica comuns.

Mas na realidade esta urbanização do galego plantea importantes questões gerais quanto às relações entre os processos sócio-económicos e sócio-culturais nas sociedades multiétnicas. Em concreto, plantea-se a questão das interrelações entre: (a) as práticas sociais (neste caso linguísticas, isto é, as formas específicas de uso e espalhamento do galego estándar); (b) as formas de estratificação social (p. ex. o surgimento de novos grupos sociais pugnando pelo controlo social); (c) o papel das instituições locais de poder e de cultura, e dos indivíduos a cargo delas, cara à língua e a sua promoção; (d) o papel da ideologia, tal como se expressa no ressurgimento do discurso político nacionalista, promovido desde as esferas de poder local e institucional, e articulado em torno do princípio da identidade distintiva da Galiza e dos direitos nacionais que, logo, lhe corresponderiam; e (e) o marco jurídico que regula o *status* oficial da língua e que em parte informa a prática linguística nas instituições locais.

Nas próximas páginas, tentarei examinar o actual processo de criação e espalhamento de variedades estándares do galego no âmbito público, político e institucional desde uma perspectiva múltipla: (1) Por uma parte, seguirei a considerar o papel da linguagem na mobilidade social. (2) Por outra, mantereirei em mente um esquema geral de micro-análise da *geração, uso e manejo* dos códigos linguísticos para a consecução dos objectivos comunicativos, e em relação ao exercício do controlo e poder sociais. (3) E, como terceiro aspecto, porei especial atenção à questão ideológica, expressada no surgimento de novos valores sociais arredor do uso público do galego.

#### 3.1. *Urbanização do galego e mobilidade social.*

Se antes acháramos uma correspondência entre (a) a clara jerarquização funcional e social de galego e espanhol e (b) a presença histórica de um grupo etno-linguístico de elite (o espanhol-falante) e outro grupo etno-linguístico subordinado (as amplas capas de população galego-dominantes), podemos logo dizer que a rotura parcial desse tipo de jerarquização linguística se corresponde, em alguma medida, com mudanças nas relações sociais entre estes grupos etno-linguísticos? Ou não estaremos talvez assistin-

do ao surgimento de *novas formas de estratificação social* nas quais os papéis relativos dos grupos etno-lingüísticos em contacto estão re-definidos, de maneira que se estabelece umha nova linha divisória, nom já entre falantes de espanhol e falantes de galego, senom entre usuários de variedades estándares de prestígio (galegas e espanholas) e falantes de variedades subestándares, populares? Com outras palavras, estão-se a derrubar as barreiras à mobilidade social entre os três grupos (espanhol-dominante, galego-dominante e monolingüe galego), ou, polo contrário, está-se a utilizar de novo a língua (esta vez, a galega) para fins de control social e mantimento dos privilégios grupais? Planteja-se a questom, portanto, de se a «normalização» ou renascimento do «galego» é para o bem colectivo da Galiza (de todos os galegos), ou, mais ben, de se as variedades estándares que se estão a gerar venhem actuar, de novo, como *instrumentos para exercitar formas de control social*.

Semelha, com efeito, que o actual espalhamento do galego estándar (a criação de novos códigos) corre parêlho à re-estruturação dos estratos e ao surgimento de novos sectores de elite cultural. Claramente, certas variedades estándares do galego —sobretudo, com todo o apoio institucional que se lhe está a dar, a elaborada polo ILG-RAG (1982) e aprovada oficialmente polo governo e parlamento autónomos— estão-se tornando em fontes de avanço sócio-económico mesmo para grupos de indivíduos para quem a questom lingüística nunca fora um aspecto relevante da vida social da Galiza. Os exemplos disto som numerosos: tanto as instituições locais, publicações oficiais, etc. como a televisom de Galiza, por exemplo, só empregam o galego estándar oficial. O curioso é constatar a extracção lingüística e cultural, nem sempre galega, de muitos dos empregados de TVG. Com a febre televisiva recente muitos cidadãos para os cais o galego sempre ocupa um lugar marginal nas suas vidas lançáron-se à conquista dos meios de comunicação de massas: tradutores, dobradores, locutores, actores, etc. Para um sector destes neo-falantes a questom ideológica é o de menos: a língua torna-se, de novo, num instrumento manejável desde os centros de poder (locais ou estrangeiros).

Outro exemplo conhecido é a política da Xunta de comprar quantidades consideráveis de livros editados só na ortografia oficial. Por que? Que razão verdadeira hai para promover um código lingüístico específico, quando a normatização —e, sobretudo, o impulsá-la dumha maneira tam rígida como se está a fazer— nom era, em fim de contas, umha necessidade tam urgente? Sabemos que muitos criadores, assi, se vêm forçados, para publicar, a utilizar umha certa grafia: é dizer, um certo código lingüístico escrito. Por outra banda, algumas das poucas revistas literárias e científicas das que dispomos estabelecem as suas próprias normas rígidas quanto à aceitação do material por mor da variedade estándar utilizada, de maneira que com estas restrições se cria ainda mais desânimo e menos intercâmbio intelectual do que se precisaria numha situação tam precária como a nossa no que se refere à produção científica e ensaística.

### 3.2. *Fala e poder social.*

Vimos antes como o uso da língua dominante numha sociedade multi-lingüe ajuda a adquirir ou afortalar certas posições de *status* e prestígio social baseado no valor simbolizador da língua. Com frequência a língua dominante abre as portas do poder e da chamada ‘alta cultura’, e isto acontece às vezes através de processos muito máis subtis do que podemos imaginar<sup>14</sup>.

Mas nom se trata só deste poder derivado da aquisição e uso público dumha língua, sustentada e defendida por todo um marco institucional e um aparato político e administrativo, educativo, etc., que simbolizam o prestígio e a promoção sociais —e, portanto, facilitam o acceso a posições influentes—. Trata-se, ademais, dum tipo de poder que emerge de —e se manifesta em— o control efectivo da interacção, da conversa, através do manejo de recursos retóricos, estilísticos ou discursivos, códigos ajeitados ao contexto, etc. Quigera aqui tratar de expor a que me refiro quando sugiro que a língua, e a prática lingüística, tenhem íntimas conexons com o exercício do poder e do control social.

Para isto cumpre descer, na nossa análise, ao nível da *formaçom, mantimento e espargimento dos códigos lingüísticos* no plano social. Em mente devemos ter um esquema de análise semelhante ao seguinte, que se proponha:

(1) em primeiro lugar, *identificar* o(s) código(s) que estão surgindo na vida social; e, a seguir ver

(2) onde *se geram* (em que tipos de actividades sociais);

(3) que *sub-grupos de falantes* os mantemem e *como* os mantemem (através de que práticas lingüísticas concretas);

(4) como *se acede* ao seu conhecimento e uso (através de que tipos de actividades comunicativas, formas de ensino, etc.).

(5) que novos *valores sociais* (de prestígio, educação, poder, etc.) se geram arredor do(s) novo(s) código(s) e dos seus usuários, considerando, p. ex., que relações hai entre as práticas lingüísticas, as regulações jurídico-sociais e os valores culturais da comunidade; e

(6) que *uso(s) concretos* se lhes dá na comunicação, oral e escrita, e que *significados sociais e interaccionais* tem a sua utilização em contextos específicos.

(14) Os estudos de Lambert (1967) e outros tenhem desvelado avaliações, valores da comunidade e estereotipos sociais exclusivamente formados em valorações inconscientes da forma de falar dos indivíduos. Estes estereotipos jogam em ocasiões um papel decisivo para a resolução daquelas situações de comunicação «cara a cara» como entrevistas de trabalho, petições e trâmites em encontros com o corpo burocrático, juízos, etc. Isto é assi até tal grau que frequentemente as decisões tomadas estão baseadas fundamentalmente na forma de falar do interlocutor (incluindo o léxico, as estratégias retóricas utilizadas, a organização do discurso, etc.) e nom na sua verdadeira valia ou na justiça das duas argumentações.

Como conduta social, a conduta lingüística responde também a *normas* —em parte consensuadas, em parte impostas— e organiza-se assimesmo em *patrons* regulares que o sócio-lingüista deve descobrir e estudar. E como conduta social, a conduta lingüística tem de ser —e, de feito, é— validada socialmente —isto é, aceita ou rejeitada— polas respostas da comunidade. Sincronicamente, a especialização funcional das variedades do galego e do espanhol, portanto, responde em parte à aceitação social dos usos asignados às línguas respectivas. Prova disto é que, às vezes, os esforços conscientes por modificar as normas sócio-lingüísticas provocam inicialmente reacções adversas no interlocutor. Refiro-me, por exemplo, ao rejeitamento, por parte de certos sectores de falantes habituais de galego coloquial, a usar a língua em contextos públicos tradicionalmente reservados ao espanhol. A escolha de código para o desenvolvimento dumha série de actividades comunicativo-sociais gera, assi, valores sociais associados com essa língua —e, secundariamente, com os seus usuários—. Estes valores respondem, polo menos parcialmente, a certas características do acto de comunicação no que se utiliza polo comum dita língua. Assi, o uso do espanhol para requerir informação dum funcionário público (que, talvez, fala galego na casa) gera valores que poderíamos chamar de *distância social* ou *formalidade*. À sua vez, estes valores venhem formar parte do conhecimento sócio-lingüístico implícito dos falantes à hora de escolher, de entre as formas do seu repertório lingüístico, as variantes (ou códigos) apropriados para o contexto.

O contacto de línguas é sempre um fenómeno dinámico, pois mesmo nas situaçõs aparentemente mais estáveis (o multilingüismo secular da Índia, ou o bilingüismo de Québec) a escolha de língua é um processo implicitamente *negociado* polos falantes na comunicação imediata, que é, de certo, o âmbito onde se plasma a funcionalidade social dos códigos lingüísticos. Até certo ponto, pois, a propriedade na selecção de código tem de ser validada ou nom validada polos participantes do acto comunicativo, numha sorte de processo de *co-ordenação* comunicativa nom isento às vezes de tensõs interpessoais.

Mas o fundamental é relembrar que nesta negociação de vontades comunicativas subjazem *relaçõs interpessoais de poder*, e umha sócio-lingüística da interacção que ignore estas relaçõs de poder ficará, como tanto estudo recente sobre a dimensom social da language, limitado a um perigoso descritivismo. Para examinar a função da fala no control interaccional e social cumpre ver, ao nível mais baixo de análise que podemos conceber, como os *actos de fala* (perguntas, enunciaçõs, petiçõs, ordens, etc.) se constituem, ademais de em actos *locutivos* ou meramente representativos, nomeadores da realidade, em actos *perlocutivos* ou *performativos* (Austin 1962; Searle 1969), é dizer, actos que tenhem o atributo potencial de repercutir no contexto mudando, de algumha maneira, as relaçõs entre *sujeito activo* (o falante) e *entorno* (incluindo os ouvintes e outros participan-

tes do acto comunicativo). O manejo de certos códigos e outros recursos discursivos é, assi, um aspecto importante da organização interna da conversa e joga um papel fundamental no que poderíamos chamar *control da interacção* para o acadamento dos objectivos comunicativos (e, em última instância, persoais).

No caso de Galiza, onde quase a totalidade da população pode dispor, dentro do seu repertório lingüístico, do uso do galego e do espanhol, este manejo de recursos retóricos pode consistir, em grande medida, no uso hábil e comunicativamente relevante do ‘galego’ —é dizer, de códigos diversos cuja base lingüística som estruturas pertencentes ao sistema do galego— e do ‘espanhol’ —quer dizer, paralelamente, de códigos identificados polo comum como compostos de elementos e estruturas do espanhol—. Por exemplo, no âmbito público, onde primeiro se nota o espargimento manipulativo do galego estándar é na vida política do país. O galego foi amplamente utilizado na última campanha eleitoral e publicitária ao parlamento de Galiza de 1985. Mas muitos coincidiram em que estes registos galegos do neo-falante (quer dizer, o galego dos políticos que predominantemente falam espanhol) em verdade nom «chegam» mais às grandes massas falantes de galego como língua nai do que chegaria, por exemplo, o tipo de espanhol que se utilizaria nos mesmos contextos. Este galego, e este espanhol, conotam ‘formalidade’ e ‘distância comunicativa’: umha formalidade e umha distância que provenhem das características mesmas do acto de comunicação. Os falantes nativos percebem, ademais, as divergências estruturais entre, p. ex., o galego de TVG (já chamado o «galego de televisión») ou o de certos líderes políticos neo-falantes, e a sua própria fala: em alguns casos, hibridizada, castelanizada, gheante e sesseante, internamente variável e heterogénea: «impura», si —por empregar critérios e terminologia purista—, mas genuinamente *sua*. A estes falantes, mal que nos pese, talvez lhes «chegaria» tanto ou mais o discurso político em espanhol, de acordo às normas sócio-lingüísticas até agora vigentes na comunidade e às próprias expectativas e percepções dos falantes sobre a propriedade do uso da fala nos diversos contextos. Mas, se isto é assi —se em realidade a fala, mais que chegar indivíduos entre si, às vezes os afasta na comunicação imediata no seu senso mais restringido de «transmissom de informação»— por que de todas maneiras se teima no uso do galego para a comunicação pública entre as élites políticas e a população geral do país?

O galego estándar está assi em condições até agora sem precedentes de se constituir no que poderíamos chamar *código de autoridade*, que reforça a validez dos argumentos utilizados em, por exemplo, tomadas de decisom políticas. O uso do galego nom só comporta agora valores de *formalidade*: a esta engadem-se-lhe valores de *oficialidade*, que estão baseados tanto (a) no marco jurídico (o Estatuto de Autonomia, o Decreto de Bilingüismo e a Lei para a Normalização do Uso do Galego) que confere co-oficialidade legal ao galego e ao espanhol, como (b) no uso público do galego por mem-

bros de instituições de governo nas juntas do concelho, sessões parlamentárias, etc., e por *persoas públicas* nas suas intervenções nos meios de comunicação. Mas, sobretudo, surgem agora para o galego os citados novos valores de *autoridade*, que se geram, em última instância, na *alusom metafórica que fai o uso do galego a um novo marco político e a um novo marco ideológico de referência: o discurso nacionalista dominante*.

### 3.3. O discurso nacionalista da língua.

Por fim, quando passamos a considerar o aspecto ideológico, vê-se mais claramente como a urbanização do galego estándar, mais que ser um fenómeno único e um direito histórico conquistado, é manifestação seródia dum processo geral de desenvolvimento das burguesias locais e as suas senhas de identidade na Europa. O ressurgimento da consciência regional no seu senso mais amplo (quer dizer, o ressurgimento da identidade dos povos e nações minoritárias) é um fenómeno geral que no Estado Espanhol se manifesta não só nos movimentos nacionalistas galego, catalão e basco, senão na descentralização administrativa de todo o Estado, com os intentos de certas comunidades de distanciar-se dos âmbitos lingüístico-culturais historicamente considerados como «próprios»: por exemplo, o intento valencianista de normatizar a sua «língua valenciana», ou a política oficial da Junta de Andaluzia para o ensino da pronúncia andaluza nas escolas como forma andaluza estándar.

Na Galiza, o interessante é que, à vez que se cria e promove um novo código, um certo estándar do galego, cria-se e promove-se também *um novo discurso político sobre a língua e a nação* que sirva de marco de referência para a interpretação contextualizada do significado simbólico da conduta lingüística —quer dizer, um marco de referência que dê sentido ao uso do galego em contextos tradicionalmente reservados ao espanhol—. Com outras palavras, não só se lhe dá ao cidadão que agora é legal e legítimo utilizar o galego numa junta do concelho ou (teoricamente) num juízo, senão que também se lhe fornecem *claves ideológicas* para interpretar o significado social do uso desse galego. Prova disto é o uso quase simbólico do galego em certas juntas de carácter político. No concelho de Vigo, por exemplo, usa-se quase exclusivamente o galego para a redacção, leitura e aprovação das actas, as apresentações de falantes e as concessões da palavra pelo alcalde, os rituais de abertura e encerramento da sessão, etc. Porém, o galego joga um papel quantitativa e qualitativamente muito menos importante no desenvolvimento dos debates mesmos. Indubitavelmente, o galego é plenamente *oficial*. Mas semelha que a fala perde parte da sua dimensão puramente comunicativa para cobrar novos simbolismos, para servir como *simbolização dumha nova vontade política e dumha nova ideologia política*.

## CONCLUSIONS.

Como se terá visto, temos descido na nossa análise desde os âmbitos e categorias sociais mais gerais até os mais particulares: desde os âmbitos de *nação*, como umha realidade histórico-social objectiva aglutinada ao redor doutra realidade perfeitamente identificável como é «a Língua» herdiana (o veículo próprio para a expressão do carácter dum povo), ao âmbito da *comunidade de fala*, ao das *retículas de interacção*, para chegar, finalmente, ao do *acto de fala* como unidade comunicativa mínima (umha pergunta, umha petição, um insulto, umha asseveração, etc.). Ao mesmo tempo, temos viajado desde a macro-sócio-lingüística quantitativa, passando pela sociologia política da linguagem, a etnografia da fala e da comunicação e a sócio-lingüística da interacção, para chegarmos à análise do discurso falado, à pragmática lingüística e à retórica.

Em mente, tivemos sempre a questão chave que toda sócio-lingüística interpretativa e não meramente descritiva da realidade da fala deve plantear-se: a das relações entre a prática lingüística (a fala) e os processos sócio-económicos (urbanização; surgimento das burguesias locais), sócio-políticos (descentralização do Estado) e sócio-culturais (ressurgimento da consciência nacional e do discurso nacionalista da linguagem) em sociedades multiétnicas e multilíngües.

Tenho tentado provar como a questão lingüística na Galiza não é só umha questão de ‘classe social’ em termos economicistas clássicos, nem sequer um fiel reflexo das formas de ‘dominação ideológica’ do estado centralista, e que a actual normalização do galego não deve ser vista principalmente como um produto da recuperação da ‘identidade nacional’. Na Galiza, o fundamental não é só que se está a recuperar a língua na vida urbana, senão que arredor dela estão-se criando umha série de instituições de poder e de saber (os serviços de normalização lingüística da Junta, o Conselho da Cultura, os Serviços de Normalização da Língua municipais) ou aproveitando-se outras preexistentes (o Instituto da Língua Galega, a Real Academia Galega), todas elas encarregadas de gerar o discurso sócio-lingüístico que vai subjazer às normas regulamentárias do uso da língua. Ao mesmo tempo, elabora-se também um marco jurídico (o Decreto de Bilingüismo, a Lei de Normalização do Uso do Galego...) que regulariza a conduta lingüística no âmbito público, e promove-se um discurso nacionalista que *justifica, explica e serve para interpretar* as novas normas de uso público do galego. Por fim, em torno desta parafernália institucional e jurídica desenvolve-se umha *nova elite social*: um funcionariado da linguagem, umha burocracia técnica composta de cargos das administrações galega e locais, planificadores lingüísticos, ensinantes, conselheiros lingüísticos nos meios de comunicação, tradutores, editores, etc.

Como apoio a toda a estratégia «normalizadora», o discurso nacionalista subjacente apresenta a língua como o veículo próprio de expressão do «carácter» dum povo, como a plasmação, quase tangível, da sua perso-

nalidade histórica e o seu destino; identifica-se, ademais, à Galiza com «os falantes de galego», de maneira que a utilização pública do galego está sempre, queira-o ou não, fazendo referência implícita aos direitos nacionais. O uso do galego em público simboliza coesão, camaradagem, vinculação, significa «nós», frente a «eles», o espanhol, o Outro, o estrangeiro ibérico. Assim, num complexo processo, a ideologia política incha, penetra, invade todo o comportamento verbal, transluz-se na comunicação mais imediata: falar já não pode ser politicamente neutro; falar é tomar partido: é um acto de posicionamento ideológico, político, cultural. E o manejo da fala (dos códigos em contacto) está em condições melhoráveis de trocar-se em artefacto discursivo, em forma de controlo social e interaccional.

Quanto ao papel da superestrutura jurídica, o recente (e tenso) debate social de 1986 sobre a decisão do Tribunal Constitucional espanhol de eliminar, da Lei de Normalização do Uso do Galego, a referência explícita ao dever dos galegos de conhecer e usar a língua, expressou, mais que nada, a aceitação implícita da necessidade dum marco jurídico (estatal e estatutário) como fonte de regularização da conduta linguística<sup>15</sup>. Pese às divergências expressadas por diferentes personalidades da vida social e cultural de Galiza com respeito à citada decisão, o próprio ponto de partida argumental para as diferentes posturas era a interpretação (por vezes, muito detalhada) dos recovecos formais da lei em questão. A coincidência geral que se transluzia foi, em todos os casos, que a Lei era (e, talvez, *deveria ser*) a fonte da conduta linguística na Galiza. Isto implica, por suposto, que a existência dumha lei 'justa' sobre uso e direitos linguísticos só dependeria do aperfeiçoamento das formas representativas, ou, talvez, da presença de representantes dos 'verdadeiros interesses nacionais galegos' nas instituições democráticas. Em todo caso, o que não se questiona é a própria função da Lei na regularização de práticas linguísticas que pertencem ao plano do individual<sup>16</sup>.

Ao cabo, como acontece em muitos outros aspectos da sociedade burocratizada moderna, recorre-se ao discurso científico —em particular, ao discurso sócio-linguístico, incluindo o presente trabalho— como umha forma de legitimação das iniciativas legais, da regulação oficial das práticas sociais. Deixa-se o futuro da língua na mão dos «expertos», dos técnicos da linguagem. Eles devem descobrir a onde caminha o galego, e, consequen-

temente, dictaminar qual ha de ser a sua *forma* (as normas ortográficas, etc.) e o seu *uso*. Desde posições políticas e linguísticas não necessariamente coincidentes, a questão parece ser, em última instância, a do *iniciamento* do intelectual, através da fala e dum certo tipo de lealdade linguística (lealdade a umha variedade estándar determinada), nalgum dos círculos de poder cultural em Galiza. Assim, as forças da *intelligentsia* e da burguesia locais *apropriam-se* da língua, objectivizam a fala, cossificam a prática linguística. A quem beneficia a normalização do galego, ou, melhor, este *modelo específico* de estandarização e normalização? Ao conjunto da Galiza? Ou não estamos assistindo, mais bem, a umha apropriação, para interesses grupais, do que deveria pertencer a todos?

Esta é a situação na que nos encontramos hoje, e tal processo, pelo menos segundo se desenvolvem as circunstâncias, parece ser irreversível. Mas não se trata, por suposto, de voltar à pureza originária, ao ruralismo endémico, a Breogama, a Pandal, à Raça herderiana ou risquiana. Trata-se, em primeiro lugar, de compreender por que a morte do galego não se produziu, por que a assimilação completa do galego ao espanhol talvez nunca se produza já. Trata-se também de compreender o processo de urbanização, institucionalização e burocratização do galego. E trata-se de ver, com clareza de visão, com esta nova forma de especialização funcional da fala como reflexo e instrumento da estratificação social, ainda se ha manter por muito tempo: até o final mesmo da Era Pré-utópica.

## REFERÊNCIAS

- (ILG-RAG) Instituto da Língua Galega e Real Academia Galega. 1982. *Normas ortográficas e morfológicas do idioma galego*. Vigo: RAG-ILG.
- Alonso Montero, Xesús. 1973. *Informe —dramático— sobre la lengua gallega*. Madrid: Akal.
- Austin, J. L. 1962. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press.
- Bauman, Richard. 1977. «Linguistics, anthropology and verbal art: toward a unified perspective; with a special discussion of children's folklore». Em Muriel Saville-Troike (ed.). *Linguistics and Anthropology. Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics 1977*. Washington, D. C.: Georgetown University press, 13-26.
- Bernstein, Basil. 1972. «A sociolinguistic approach to socialization; with some reference to educability». Em John J. Gumperz e D. Hymes, (eds.). *Directions in Sociolinguistics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 465-497.
- Eckert, Penelope. 1980. «Diglossia: separate and unequal». *Linguistics* 18, 1053-1064.
- Ervin-Tripp, Susan. 1973. «An analysis of the interaction of language, topic and listener». Em *Language Acquisition and Communicative Choice*. Stanford: Stanford University Press, 239-261.
- Fernández, Mauro. 1978. «Bilingüismo y diglosia». *Verba* 5, 377-391.
1983. «Mantenimiento y cambio de lengua en Galicia: el ritmo de la desgalleguización en los últimos cincuenta años». *Verba* 10, 79-129.
- Fishman, Joshua A., ed. 1985. *The rise and fall of the ethnic revival: Perspectives on language and ethnicity*. Berlin-New York-Amsterdam: Mouton.

(15) Ver as numerosas colaborações de intelectuais galegos sobre o assunto nas páginas dos jornais *Faro de Vigo* e *La Voz de Galicia* dos primeiros dias de Julho de 1986.

(16) Ideologicamente, isto encaixa com a progressiva identificação do cidadão do bloco ocidental com os seus estados e as suas formas de democracia burocrática, ante as quais o cidadão possui direitos emanados da sua contribuição directa à maquinaria económica e política do estado na forma de taxas monetárias, participação eleitoral, etc. Isto observa-se cada vez mais no crescente uso do aparato para reclamar direitos individuais por meio de pleitos, demandas à própria administração pública, etc. Os argumentos subjacentes para esta utilização da Lei pelo cidadão baseiam-se agora, ademais, em reclamar não tanto o que seria 'moralmente justo', senão o que a um 'lhe corresponde' como contribuinte.

- Gal, Susan. 1979. *Language shift. Social determinants of linguistic change in bilingual Austria*. New York: Academic Press.
- García Negro, M.<sup>a</sup> Pilar. 1981. «A lingua galega no ensino e nos meios de comunicación». Em *Ensenyament de la llengua i mitjans de comunicació social. Cinquenes jornades del CIEMEN (Centre Internacional Escarré per a les Minories Etniques i Nacionals)*. Abadía de Cuixá, 18-24 d'agost de 1980. Badalona: Publicacions de l'Abadía de Montserrat, 91-115.
- González Pérez, Claudio. 1978. «A diglosia na nosa etnografía». *Grial* 60, 181-188.
- Gumperz, John J. 1968. «The speech community». Em *International Encyclopedia of the Social Sciences*, Macmillan, 381-386. Reimpresso en P. P. Giglioli, ed. (1972), *Language and social context*. Middlesex: Penguin Books, 219-231. As minhas citas referem-se a esta reimpressom.
1982. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gumperz, John J. e Dell Hymes, eds. 1972. *Directions in Sociolinguistics*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Hughes, Everett, C. 1970. «The linguistic division of labor in industrial and urban societies». Em James E. Alatis (ed.). *Bilingualism and Language Contact. Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics 1970*. Washington, D. C.: Georgetown University Press, 103-119.
- Hymes, Dell. 1967. «Models of the interaction of language and social setting». *Journal of Social Issues* 23.2, 8-28. Reimpresso como «Models of the interaction of language and social life», em Gumperz e Hymes (1972), 35-71.
- Inglehart, R. F. e M. Woodward. 1967. «Language conflicts and political community». *Comparative Studies in Society and History* 10, 27-40, 45. Reimpresso em Giglioli (1972), 358-377. As minhas citas referem-se a esta reimpressom.
- Lambert, Wallace E. 1967. «A social psychology of bilingualism». *Journal of Social Issues* 23.2, 91-109.
- Lewis, Glyn. 1978. «Migration and the decline of the Welsh language». Em Joshua A. Fishman (ed.). *Advances in the study of societal multilingualism*. The Hague: Mouton, 263-351.
- Llera Ramo, F. J. 1980. «Introducción a la sociología del bable». *Estudios y trabajos del seminariu de llingua asturiana*, Vol. 2. Oviedo: Universidad de Ovieu, 269-284.
- Rodríguez, Francisco. 1976. *Conflicto lingüístico e ideoloxía en Galicia*. Pontevedra: Xistral.
- Rojo, Guillermo. 1981. «Conductas y actitudes lingüísticas en Galicia». *Revista Española de Lingüística* 11.2, 269-310.
- Ruiz de la Peña Solar, A. 1980. «La literatura en bable: hitos de una frustración». *Estudios y trabajos del seminariu de llingua asturiana*, Vol. 2. Oviedo: Universidad de Uvieu, 245-249.
- Ryan, E. B. 1979. «Why do low-prestige language varieties persist?». Em R. St. Clair (ed.). *Language and social psychology*. Oxford: Blackwell, 145-157.
- Searle, J. R. 1969. *Speech acts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sugathapala de Silva, M. W. 1976. *Diglossia and literacy*. Manasagangotri, Mysore (India): Central Institute of Indian Languages.
- Varela Puñal, Ramón. 1980. *Galiza, un pobo, unha lingua*. Santiago de Compostela: Follas Novas Edicións.
- Vázquez Cuesta, Pilar. 1976. «Interferencias lingüísticas entre gallego y castellano». Em *Actes du XIII<sup>e</sup> Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes [tenué à l'université Laval (Québec, Canada) du 29 août au 5 septembre 1971]*, Vol. II. Québec: Les Presses de L'université Laval, 443-455.
- Woolard, Kathryn, A. 1983. *The Politics of Language and Ethnicity in Barcelona, Spain*. Tese de doutoramento inédita. Berkeley, EE.UU.: Department of Anthropology, University of California.